



CLIPPING INTERNET
13/09/2019 ATÉ 13/09/2019



INDÍCE

1	CONVÊNIOS	
	1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG DO LINHARES.....	2
	2.2 BLOG INFORMATIVO ACA.....	3
	2.3 BLOG JAILSON MENDES.....	4
	2.4 SITE O PROGRESSO.....	5
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	6
	3.2 BLOG DO DINIZ.....	7
	3.3 BLOG DO LEITÃO	8
	3.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	9
	3.5 BLOG GENIVALDO ABREU.....	10
	3.6 BLOG PAULO ROBERTO.....	11
	3.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	12 13
4	INSTITUCIONAL	
	4.1 BLOG ATUAL 7.....	14
	4.2 BLOG DANIEL MATOS.....	15
	4.3 BLOG JORGE ARAGÃO.....	16
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	17
	5.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	18
6	PROJETO CASA DA CRIANÇA	
	6.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	19

A Assembleia do Estado vai denunciar ao CNJ o festival de liminares vergonhosas contra a Faculdade de Medicina da UEMA de Caxias?

Não se pode negar que a ação da Assembleia Legislativa do Estado foi importante em defesa dos direitos dos alunos e da Faculdade de Medicina da UEMA de Caxias. A posição do legislativo estadual levou o juiz Sidarta Gautama, da Comarca de Caxias a cassar liminares da própria lavra e naturalmente com as observações contundentes da Corregedoria Geral de Justiça.

Quando o deputado Yglésio de Sousa desistiu da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o festival de liminares, houve um acordo com o presidente da casa, que o legislativo estadual faria denúncias a Corregedoria Geral de Justiça, ao Tribunal de Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça. A intervenção imediata da Corregedoria Geral de Justiça e posteriormente do Tribunal de Justiça restabeleceram os princípios legais do direito, o que era intensamente cobrado pelos estudantes e pela direção da UEMA. A determinação de que nenhuma outra liminar semelhante a que foram utilizadas por não terem qualquer amparo jurídico legal poderá ser acatada pela UEMA, conforme ficou claro pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Dentro do contexto geral das liminares concedidas e que causaram sérios prejuízos a comunidade acadêmica e a administração da UEMA e que visavam unicamente interesses protecionistas precisam ser investigados dentro da Corregedoria Geral de Justiça. Quanto a denúncia ao Conselho Nacional de Justiça, iniciativa da própria Assembleia Legislativa do Estado, não pode e nem deve ser descartada, mesmo com as providências já iniciadas pela Corregedoria Geral de Justiça.

O juiz Sidarta Guatama, pela falta grave cometida no exercício da magistratura e reconhecida por ele próprio, que chegou a cassar pelo menos 05 liminares que obrigavam a UEMA a matricular estudantes de faculdades particulares e até do exterior na unidade de Caxias, merece ser submetido à responsabilidade dos seus atos, totalmente contrários aos princípios emanados da lei. À Assembleia Legislativa do Estado cabe também a devida responsabilidade de fazer a denúncia ao Conselho Nacional de Justiça.

Desembargador Bayma Araújo recebe a maior honraria do Poder Legislativo do Estado do Maranhão

O desembargador Antonio Bayma Araujo recebeu, em sessão solene nesta quinta-feira (12), no Plenário Nagib Haickel da Assembleia Legislativa do Maranhão, a Medalha do Mérito Legislativo Manoel Beckman, a maior honraria do Poder Legislativo do Maranhão, concedida através do Decreto Legislativo nº 261/2002, oriundo do projeto de Decreto Legislativo nº 004/1999, de autoria do ex-deputado Edmar Cutrim.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, disse que a entrega da honraria concretiza a harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. "É uma homenagem muito justa ao decano da Corte Estadual de Justiça, cuja trajetória vitoriosa registra relevantes serviços prestados à Justiça e ao Estado do Maranhão", afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

A cerimônia de homenagem foi presidida pelo chefe do Legislativo, deputado Othelino Neto, que falou da iniciativa do então deputado Edmar Cutrim - hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Como a honraria é associada ao chefe do Poder Legislativo, foi realizada a sessão solene de entrega da medalha ao decano do Tribunal de Justiça.

"O desembargador Bayma Araujo tem uma longa trajetória de serviços prestados ao Poder Judiciário, sendo o decano do Tribunal de Justiça. Homenageando o desembargador Bayma Araujo, homenageamos também a Justiça do Estado do Maranhão. O então deputado Edmar Cutrim propôs e a Assembleia aprovou. Na época não foi entregue e agora nós convidamos para finalmente o homenageado receber a comenda", explicou Othelino Neto.

Ele disse que a palavra-chave no Estado Democrático de Direito é a harmonia e independência entre os Poderes e que nesse quesito o Maranhão dá um bom exemplo para o Brasil. "Os poderes exercem suas prerrogativas constitucionais, se tratam de forma respeitosa. Essa harmonia é muito importante para o povo do Maranhão", concluiu.

Já o desembargador Bayma Araujo disse que a homenagem é, sobretudo, motivo de honradez. "O momento é de agradecimento porque o que se sabe é que se a Assembleia por dois momentos - em 2002 e agora em 2019 - me outorga a Medalha Manoel Beckman é porque reconhece alguma coisa que tenho feito pelo Maranhão. Ser homenageado pelo Parlamento do meu Estado é motivo de satisfação e orgulho ímpar", ressaltou.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Estado - que quando exercia o cargo de deputado estadual fez a proposição para homenagear o desembargador Bayma Araújo com a maior comenda do Poder Legislativo Estadual - disse se sentir muito honrado e feliz com a entrega da honraria, que, segundo ele, representa o reconhecimento a um magistrado exemplar que orgulha o Maranhão. "O desembargador Bayma Araújo é digno dessa homenagem", pontuou.

Prestigiaram a sessão solene os desembargadores Ricardo Duailibe, Tyrone Silva, juiz eleitoral Gustavo Vilas Boas, procurador de Justiça, Francisco Barros (representando o procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho), secretário-chefe da Casa Civil do Governo, Marcelo Tavares (representando o governador Flávio Dino),

secretário municipal extraordinário de Relações Parlamentares, Raimundo Nonato Silva Júnior (representando o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior), os deputados estaduais Roberto Costa, Vinícius Louro, Helena Duailibe, Roberto Costa, Adriano, César Pires, Fernando Pessoa, Yglésio Moisés, Rigo Teles, Glaubert Cutrim, Paulo Neto, Mical Damasceno, Rafael Leitoa, Wellington do Curso e Zito Rolim, entre outros convidados.

Em Alagoas, MPF mira interceptações telefônicas ilegais da SSP e PM

Ação pede fim da ilegalidade que estaria sendo realizada no governo de Renan Filho por meio do Guardiã. Caso é semelhante ao denunciado no Maranhão

13/09/2019 10h13min - Atualizado em 13/09/2019 10h13min

Atual7PUBLICADO POR
ATUAL7

Em Alagoas, o MPF (Ministério Público Federal) ajuizou ação civil pública contra o Estado, sob a gestão do governador Renan Calheiros Filho (MDB), com o objetivo de por fim à suposta realização de interceptações telefônicas ilegais da Assessoria Integrada de Inteligência da SSP (Secretaria de Segurança Pública) e pela Polícia Militar, contra diversas pessoas.

A descoberta, segundo a procuradora da República Niedja Kaspary, autora da ação, se deu a partir de elementos colhidos no bojo de um inquérito civil que apurou a grave violação. Todas as interceptações, ainda de acordo com a investigação, teriam sido realizadas por meio do sistema de monitoramento denominado Guardiã Web.

O caso é semelhante ao do Maranhão, com uma estranha, mas importante diferença.

Conforme vem mostrando o ATUAL7, série de denúncias dos ex-chefes do DCCO (Departamento de Combate ao Crime Organizado) e da Seic (Superintendência Estadual de Investigações Criminais), respectivamente, Ney Anderson Gaspar e Tiago Matos Bardal, aponta que diversas autoridades no estado, incluindo desembargadores do Tribunal de Justiça, teriam sido alvo de espionagem também por meio do mesmo sistema Guardiã.

De acordo com os denunciantes, a suposta ilegalidade teria sido ordenada pelo titular da SSP maranhense, o delegado de Polícia Civil Jefferson Miller Portela e Silva, sob a gestão de Flávio Dino no Palácio dos Leões.

Portela nega as acusações.

Apesar de, entre os supostos alvos da ilegalidade, haver também um senador da República, o líder do PSDB no Senado, Roberto Rocha, diferentemente do ocorrido em Alagoas, que investigou por cerca de dois anos o caso e ajuizou ação a fim de cessar a suposta ilegalidade, o MPF no Maranhão disse ao ATUAL7, em maio, que desconhecia as denúncias de espionagem contra Portela.

Quatro meses depois, após as denúncias se tornarem escândalo, a PGJ (Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) do Maranhão, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, a Presidência do Senado Federal e o Tribunal de Justiça do Maranhão entrarem no caso, pelo menos

publicamente, o MPF maranhense segue em silêncio sobre tudo.

Nove magistrados e três membros do MP registraram armas de fogo nos últimos dois anos no Maranhão

Membros do Poder Judiciário Maranhão participam de curso de tiro credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

Nos anos de 2017 e 2018, nada menos do que nove magistrados e três membros do Ministério Público (promotores, procuradores e outros integrantes da instituição) registraram armas de fogo no Maranhão. O dado consta na 13ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e sinaliza a tendência crescente dos agentes da Justiça de buscar proteção por meio da autodefesa.

A estatística aponta para o aumento do número de juízes, desembargadores, promotores, procuradores e demais integrantes do MP dispostos a adquirir uma arma de fogo para se defender. Em 2017, quatro magistrados e dois membros do Ministério Público adquiriram armas, segundo informações do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (SIGMA), banco de dados do Exército Brasileiro destinado a esse tipo de registro. No ano seguinte, cinco membros do Poder Judiciário e um representante do MP foram cadastrados no mesmo sistema.

O próprio Tribunal de Justiça do Maranhão oferece aos seus magistrados as condições para o manuseio seguro de armas, por meio de cursos e treinamentos, até mesmo no exterior, como os que aconteceram em abril de 2013, na cidade de Orlando, no estado da Flórida, Estados Unidos, com participação de 40 juízes, desembargadores e servidores do Poder Judiciário maranhense.

Diante do aumento da audácia dos bandidos e da proliferação do crime organizado, a capacitação dos agentes da lei para defender a própria vida em situações de risco é algo realmente necessário.

Confira a planilha abaixo:

IMAGEM

O post Nove magistrados e três membros do MP registraram armas de fogo nos últimos dois anos no Maranhão apareceu primeiro em Daniel Matos.

Rigo Teles prestigia homenagem ao desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo

Assembleia Legislativa do Maranhão concedeu a maior honraria do Parlamento Estadual de medalha "Manuel Beckman", para o desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, fazendo jus ao excelente trabalho prestado para a sociedade.

A ideia de homenageá-lo partiu do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Edmar Cutrim, quando deputado estadual, no ano de 1999, e referendada pela atual gestão, por unanimidade.

Entre os deputados da atual gestão, Rigo Teles se orgulha de ter aprovado a indicação ainda no ano de 1999 uma vez que já era parlamentar.

"Fico muito orgulhoso de ser o único deputado que fez parte desse momento e depois de 20 anos ainda estou presente nessa casa e posso fazer parte dessa homenagem. Bayma é merecedor dessa honraria", apontou o deputado.

Bayma foi, inicialmente, promotor de Justiça, atuou em diversas Comarcas e, depois, pela vaga do Ministério Público, foi nomeado desembargador e é o mais antigo da Corte de Justiça maranhense.

Assembleia Homenageia Desembargador Antônio Bayma, Decano Do Tribunal De Justiça Do Maranhão

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, em sessão solene realizada nesta quinta-feira (12), o desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a entrega da Medalha “Manuel Beckman”, maior honraria do Parlamento Estadual.

A solenidade, conduzida pelo presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi proposta pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Edmar Cutrim, quando deputado estadual, no ano de 1999, e referendada pela atual gestão, por unanimidade.

Bayma foi, inicialmente, promotor de Justiça, atuou em diversas Comarcas e, depois, pela vaga do Ministério Público, foi nomeado desembargador e é o mais antigo da Corte de Justiça maranhense. “É uma homenagem do povo maranhense à carreira do desembargador dedicada à Justiça do Maranhão. Homenageando o desembargador Bayma, homenageamos a Justiça do Maranhão”, explicou o presidente Othelino Neto, destacando, em seguida, a importância de manter a harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

“Essa Mesa, mais uma vez, dá um exemplo para o Brasil, onde não tem se visto relação harmoniosa entre os poderes autônomos, que devem cumprir suas obrigações e prerrogativas de forma respeitosa. Esse é o exemplo de uma relação equilibrada, como propõe o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, essa mesa é emblemática”, complementou Othelino Neto.

O conselheiro Edmar Cutrim descreveu a honra de presenciar a homenagem. “Em virtude da minha saída para o TCE, não deu tempo. Porém, por iniciativa do presidente Othelino Neto, sabendo do merecimento do Dr. Bayma, uma das figuras mais importantes da história do Maranhão, tive a oportunidade de comemorar a entrega desta honraria a essa pessoa ilustre, de coragem, honesto, do bem e que faz justiça dentro da própria lei. Estou honrado por fazer parte deste momento”, ressaltou.

O homenageado agradeceu. “Uma homenagem imensurável a qualquer cidadão maranhense. Sinto-me orgulhoso, alegre e satisfeito em receber do nosso Parlamento esta homenagem, que é a sua mais alta comenda”.

Além de vários deputados estaduais, membros do Judiciário e representantes do Governo Estado prestigiaram a solenidade. Estavam presentes, ainda, os deputados Zé Gentil (PRB), Paulo Neto (DEM), Glalbert Cutrim (PDT), Roberto Costa (MDB), Fernando Pessoa (Solidariedade), Rafael Leitoa (PDT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB) e Dr. Yglesio (PDT); o desembargador José Joaquim Figueiredo do Anjos, presidente do TJ/MA; o secretário-chefe da Casa Civil, deputado licenciado Marcelo Tavares, e o secretário municipal de Agricultura, Nonato Chocolate, entre outros.

PM investigado por fraude consegue liminar para formação da PM no Maranhão

O policial militar Gitã Duarte Ferro, suspeito de fraudar o concurso da PM do Piauí em 2014, conseguiu na justiça decisão para iniciar o curso de formação da Polícia Militar do Maranhão.

O caso ocorreu um mês após a operação que cumpriu mandados de busca e apreensão e resultou na prisão temporária de sete policiais militares, todos atualmente respondendo ao processo em liberdade.

Gitã foi aprovado e convocado para o curso de formação da Polícia Militar do Maranhão. Ele conseguiu na Justiça uma decisão favorável para participar do treinamento que vai formar novos PMs do Maranhão.

A decisão que beneficiou Gitã tramita paralela à investigação na qual ele é suspeito de compor um grupo de policiais que fraudou o certame público para ingressar na corporação.

Segundo a Polícia Civil, informações relevantes foram extraídas de celulares e computadores dos suspeitos apreendidos na operação. As provas serão anexadas ao inquérito, que deverá comprovar o envolvimento dos suspeitos com o crimes.

Os envolvidos deverão ser indiciados e responderão pelos crimes de furto, organização criminosa e fraude a concurso público.

A Polícia Militar do Piauí informou que os PMs suspeitos presos na Operação Fraudulenti são investigados pela Polícia Civil, estão respondendo em liberdade e não foram afastados da polícia.

A pedido de Edmar Cutrim, Assembleia homenageia desembargador Antônio Bayma

Assembleia homenageia desembargador Antônio Bayma, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, em sessão solene realizada nesta quinta-feira (12), o desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a entrega da Medalha “Manuel Beckman”, maior honraria do Parlamento Estadual.

A solenidade, conduzida pelo presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi proposta pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Edmar Cutrim, quando deputado estadual, no ano de 1999, e referendada pela atual gestão, por unanimidade.

Bayma foi, inicialmente, promotor de Justiça, atuou em diversas Comarcas e, depois, pela vaga do Ministério Público, foi nomeado desembargador e é o mais antigo da Corte de Justiça maranhense. “É uma homenagem do povo maranhense à carreira do desembargador dedicada à Justiça do Maranhão. Homenageando o desembargador Bayma, homenageamos a Justiça do Maranhão”, explicou o presidente Othelino Neto, destacando, em seguida, a importância de manter a harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

“Essa Mesa, mais uma vez, dá um exemplo para o Brasil, onde não tem se visto relação harmoniosa entre os poderes autônomos, que devem cumprir suas obrigações e prerrogativas de forma respeitosa. Esse é o exemplo de uma relação equilibrada, como propõe o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, essa mesa é emblemática”, complementou Othelino Neto.

O conselheiro Edmar Cutrim descreveu a honra de presenciar a homenagem. “Em virtude da minha saída para o TCE, não deu tempo. Porém, por iniciativa do presidente Othelino Neto, sabendo do merecimento do Dr. Bayma, uma das figuras mais importantes da história do Maranhão, tive a oportunidade de comemorar a entrega desta honraria a essa pessoa ilustre, de coragem, honesto, do bem e que faz justiça dentro da própria lei. Estou honrado por fazer parte deste momento”, ressaltou.

O homenageado agradeceu. “Uma homenagem imensurável a qualquer cidadão maranhense. Sinto-me orgulhoso, alegre e satisfeito em receber do nosso Parlamento esta homenagem, que é a sua mais alta comenda”.

Além de vários deputados estaduais, membros do Judiciário e representantes do Governo Estado prestigiaram a solenidade. Estavam presentes, ainda, os deputados Zé Gentil (PRB), Paulo Neto (DEM), Glalbert Cutrim (PDT), Roberto Costa (MDB), Fernando Pessoa (Solidariedade), Rafael Leitoa (PDT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB) e Dr. Yglesio (PDT); o desembargador José Joaquim Figueiredo do Anjos, presidente do TJ/MA; o secretário-chefe da Casa Civil, deputado licenciado Marcelo Tavares, e o secretário municipal de Agricultura, Nonato Chocolate, entre outros.

Criado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos no município de Timon

Foi criado no último dia 4, por meio da lei municipal nº 2177/2019, o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira) de Timon. O CIRA é uma força-tarefa permanente na recuperação de ativos e devolução de recursos sonogados, constituindo-se uma das medidas para o desenvolvimento de instituições eficazes e responsáveis no cenário nacional de queda da arrecadação fiscal.

A proposta de criação do Cira foi feita pela 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica de Timon. A criação do comitê foi precedida por uma série de reuniões realizadas entre o promotor de justiça Giovanni Papini Cavalcanti Moreira e o prefeito, vereadores, secretários municipais e membros do Poder Judiciário.

Também estão acontecendo em Timon reuniões de mediação tributária desde 27 de maio deste ano. Desses encontros estão resultando acordos para pagamento de créditos fiscais. A iniciativa está prevista em Termos de Cooperação Técnica firmados pela Procuradoria Geral de Justiça com o Poder Judiciário e o Município de Timon, conforme proposta da 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica

ATUAÇÃO

O Comitê incentiva o desenvolvimento de ações operacionais integradas entre os órgãos e instituições que fazem parte de sua composição, respeitado o planejamento de cada uma delas. O grupo também propõe medidas técnicas, legais e administrativas com o objetivo de recuperar ativos suprimidos ou reduzidos em decorrência de ilícitos tributários, administrativos e penais.

O Cira deve incentivar a prevenção e repressão aos crimes contra a ordem tributária, com enfoque na recuperação de ativos na esfera municipal. Além disso, cabe ao Comitê propor medidas estratégicas e técnicas para o aprimoramento da legislação aplicável, bem como dos mecanismos administrativos, gerenciais e judiciais no âmbito de cada órgão e instituição que o integra.

EXPOEMA: Presidente do TJMA recebe visita dos diretores da Associação de Criadores

O presidente da Associação de Criadores do Estado do Maranhão (Ascem), Ivaldeci Mendonça - acompanhado dos diretores da entidade - visitou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo.

Na ocasião, Ivaldeci Mendonça pediu ao presidente do TJMA a participação do Poder Judiciário na Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), levando ao evento os serviços de cunho social e os projetos voltados para a cidadania.

A Expoema será realizada no período de 20 a 27 de outubro, no Parque Independência.

“Os serviços prestados pelo Poder Judiciário têm grande alcance social e serão muito importantes para a comunidade e aos cidadãos que participarão do evento”, pontuou o presidente da Ascem.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo se mostrou receptivo à sugestão do presidente da Associação dos Criadores, sinalizando positivamente para a celebração de uma parceria para a concretização da ideia.

Governo do Maranhão e TJ inauguram Horto do Programa Farmácia Viva na Casa da Criança Menino Jesus

O Programa Farmácia Viva inaugurou, nesta terça-feira (10), um horto medicinal na Casa da Criança Menino Jesus, instalada no prédio da Fundação da Cidadania e Justiça (Funcej), em São Luís. A iniciativa nasceu de um convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde (SES) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Cerca de 25 crianças entre zero e 8 anos serão beneficiadas. O projeto tem a parceria com o herbário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

“Já temos uma parceria institucionalizada com o Tribunal de Justiça, disponibilizando servidores para a Casa. Vamos disponibilizar mais para que as crianças tenham atendimento contínuo e permanente. Agora, o horto é significativo, vamos permitir mais cuidados, inserindo na alimentação o que é produzido no horto. É uma ideia, também, de sustentabilidade e prevenção em saúde, como verminoses e gripes”, salientou o secretário de Estado de Saúde, Carlos Lula.

Presidente da Funcej, a desembargadora Etelvina Ribeiro Gonçalves disse que o horto irá ampliar a assistência às crianças que estão na casa. “A horta vai ajudar na alimentação e na produção de remédios caseiros para dar para as crianças. Vai contribuir muito para a saúde delas. As ervas naturais ajudam para evitar outras medicações”, ressaltou.

Os funcionários da Casa da Criança Menino Jesus receberam o primeiro treinamento teórico sobre manejo e produção de medicamentos de plantas medicinais. Outras três capacitações estão previstas para as próximas semanas para completar o ciclo.

Segundo a coordenadora especial da Infância e Juventude, Lucileide Gonçalves, o horto representa um grande ganho para a saúde das crianças. “Essas crianças nossas não foram amamentadas e por isso a imunidade é baixa. Então, para nós é um ganho grande o horto. Já estamos usando chás e graças a Deus já diminuiu a despesa com antibióticos. Só temos a agradecer”, comentou. Parte das mudas será fornecida pelo Herbário da UFMA, coordenado pela farmacêutica Terezinha Rego.

A Casa da Criança é um dos projetos especiais mantidos, desde 1997, pelo Poder Judiciário do Maranhão, acolhendo e prestando assistência a crianças vítimas de maus tratos, em situação de risco ou abandono que estejam sob a guarda da Justiça. O abrigo possui estrutura semelhante ao de um ambiente familiar, com berçário e espaço para lazer e alimentação.

A instituição é vinculada à Coordenadoria Especial da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça, presidida pela desembargadora Cleonice Freire.

Assembleia homenageia desembargador Antônio Bayma, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, em sessão solene realizada nesta quinta-feira (12), o desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a entrega da Medalha "Manuel Beckman", maior honraria do Parlamento Estadual.

A solenidade, conduzida pelo presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi proposta pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Edmar Cutrim, quando deputado estadual, no ano de 1999, e referendada pela atual gestão, por unanimidade.

Bayma foi, inicialmente, promotor de Justiça, atuou em diversas Comarcas e, depois, pela vaga do Ministério Público, foi nomeado desembargador e é o mais antigo da Corte de Justiça maranhense. "É uma homenagem do povo maranhense à carreira do desembargador dedicada à Justiça do Maranhão. Homenageando o desembargador Bayma, homenageamos a Justiça do Maranhão", explicou o presidente Othelino Neto, destacando, em seguida, a importância de manter a harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

"Essa Mesa, mais uma vez, dá um exemplo para o Brasil, onde não tem se visto relação harmoniosa entre os poderes autônomos, que devem cumprir suas obrigações e prerrogativas de forma respeitosa. Esse é o exemplo de uma relação equilibrada, como propõe o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, essa mesa é emblemática", complementou Othelino Neto.

O conselheiro Edmar Cutrim descreveu a honra de presenciar a homenagem. "Em virtude da minha saída para o TCE, não deu tempo. Porém, por iniciativa do presidente Othelino Neto, sabendo do merecimento do Dr. Bayma, uma das figuras mais importantes da história do Maranhão, tive a oportunidade de comemorar a entrega desta honraria a essa pessoa ilustre, de coragem, honesto, do bem e que faz justiça dentro da própria lei. Estou honrado por fazer parte deste momento", ressaltou.

O homenageado agradeceu. "Uma homenagem imensurável a qualquer cidadão maranhense. Sinto-me orgulhoso, alegre e satisfeito em receber do nosso Parlamento esta homenagem, que é a sua mais alta comenda".

Além de vários deputados estaduais, membros do Judiciário e representantes do Governo Estado prestigiaram a solenidade. Estavam presentes, ainda, os deputados Zé Gentil (PRB), Paulo Neto (DEM), Glalbert Cutrim (PDT), Roberto Costa (MDB), Fernando Pessoa (Solidariedade), Rafael Leitoa (PDT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB) e Dr. Yglesio (PDT); o desembargador José Joaquim Figueiredo do Anjos, presidente do TJ/MA; o secretário-chefe da Casa Civil, deputado licenciado Marcelo Tavares, e o secretário municipal de Agricultura, Nonato Chocolate, entre outros.

Emenda acaba com voto secreto na Câmara Municipal

Emenda assinada por vários vereadores foi aprovada na sessão da última terça-feira (10) e suprime todas as votações secretas da Lei Orgânica do Município. A matéria vinha tramitando nas comissões técnicas da Casa desde a última revisão do Regimento Interno (RI).

A matéria altera ainda a redação dos artigos 14, 17, 19, 28 e 53 da Lei Orgânica.

O inciso II do artigo 14 passa a ter a seguinte redação: “aprovar previamente, por maioria absoluta e após arguição pública, a escolha de presidentes e diretores de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, instituições e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal”.

No artigo 17, a alteração se dá no parágrafo 2º, onde a expressão “voto secreto” é suprimida.

No artigo 19, a mudança de redação é também no parágrafo 2º: “Nos casos dos incisos I, II e Vi a perda de mandato será decidida pela Câmara Municipal por voto de maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa”.

O parágrafo 4º, do artigo 28, trata da apreciação do veto do prefeito a matéria aprovadas no Legislativo municipal. O parágrafo passa a ter a seguinte redação: “O veto será apreciado pela Câmara no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores”.

O artigo 53 passa a ter nova redação: “O prefeito municipal, admitida a acusação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos vereadores, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidade

TJMA condena prefeito de São João Batista a 02 anos de reclusão, mas substitui pena por serviços comunitários

Jailson Mendes / 13 de setembro de 2019

O prefeito de São João Batista foi condenado a dois anos de reclusão, em regime aberto, por deixar de prestar informações ao Ministério Público, mas teve sua pena substituída e deverá prestar serviços comunitários. A decisão que condenou João Dominici é da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão, que também negou um pedido de afastamento do prefeito.

Prefeito de São João Batista, João Dominici

A decisão é do relator do processo, desembargador Antônio Bayma, confirmada pela câmara criminal do TJMA e foi divulgada hoje no site do órgão. Segundo a ação, obtida com exclusividade pelo Blog do Jailson Mendes, o prefeito foi acusado de, como chefe do Executivo, não ter atendido duas requisições ministeriais, sobre recadastramentos de servidores e acúmulos de cargos, mesmo tendo recebido pessoalmente os ofícios encaminhados pelo promotor Felipe Rotondo.

“Em palavras outras, agido o acusado de forma voluntária e intencional ao desatender duas requisições ministeriais que tinham por objeto a coleta de documentos e informações acerca de suposta acumulação indevida de cargos públicos por servidores do município de São João Batista, ao fito de oportunizar ao órgão ministerial eventual propositura de ação civil, situação portanto, inteiramente subsumida ao tipo se lhe imputadona exordial acusatória, razão porque, julgo procedente a denúncia e condeno o réu pela prática do crime descrito no art. 10 da lei 7.347 de 1985 c/c art. 69do Código Penal (por duas vezes)”, escreveu o desembargador Bayma.

Na dosimetria da pena, o magistrado condenou João Dominici por duas vezes, uma por ter deixado de passar informações a cerca da requisição nº. 55 de 2017-PJSJB, que fixou um ano de reclusão e 10 dias-multa; e por também não prestar informações na requisição nº. 56 de 2017-PJSJB, nas mesmas penas, tornando, portanto, a 02 anos de reclusão em regime inicial aberto, e pagamento de 20 dias-multa a razão de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

Porém ele substituiu essas penas por duas restritivas de direitos, ambas na modalidade de serviços comunitários, a serem designadas pelo juiz de São João Batista, José Ribamar Dias Junior. Por fim, o desembargador disse que, neste momento, não ver razões para cassar o mandato de João Dominici. Esta decisão foi confirmada na sessão do dia três de setembro, pelos desembargador Raimundo Nonato Melo e João Santana. A íntegra do processo pode ser conferida pelo número 0004938-92.2017.8.10.0000.

Outro lado

O Blog do Jailson Mendes entrou em contato com o secretário de Articulação Política e Comunicação de João Dominici para saber se a gestão tem algo a comentar. Eduardo Dominici disse que ainda vai se pronunciar

sobre o caso.

Edilázio quer que MP do MA faça igual ao MPF em AL

por Jorge Aragão

13 set 2019

Utilizando as redes sociais, o deputado federal Edilázio Júnior (PSD) deixou claro que espera que o Ministério Público no Maranhão faça igual ao Ministério Público Federal fez em Alagoas.

Lá em Alagoas, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra o Governo de Alagoas para tentar acabar com as interceptações telefônicas feitas por meio de órgãos que não pertencem à estrutura de Polícia Judiciária e Ministério Público.

Na ação, procuradores dizem que grampos no âmbito do setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar têm sido a prática, e não exceção.

A situação foi destacada pelo site O Antagonista. O MPF também pede que o governo de Renan Filho (MDB), filho de Renan Calheiros, devolva o equipamento e toda a estrutura tecnológica de monitoramento de interceptações telefônicas para a Polícia Judiciária, a seus servidores e delegados de Polícia Civil, exclusivamente.

Aqui no Maranhão, o delegado Ney Anderson e o ex-delegado Thiago Bardal denunciaram o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, por investigações ilegais e grampos sem autorização judicial. Por conta disso, é que o deputado Edilázio espera uma ação por parte do Ministério Público no Maranhão.

O curioso é que a divulgação da ação do MPF em AL foi exatamente no mesmo dia em que aconteceu a prisão do vereador Astro de Ogum. Em julho, quando Ney Anderson foi ouvido na Câmara Federal, o delegado afirmou que na Operação Constelação, o secretário Jefferson Portela determinou a inclusão do número do telefone do vereador Astro de Ogum, acusando o parlamentar de envolvimento no crime de pedofilia. Algo que Ney Anderson não aceitou fazer.

O problema é saber se e quando o Ministério Público no Maranhão vai agir.

É aguardar e conferir.

Assembleia homenageia desembargador Antônio Bayma, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão

Publicado em setembro 13, 2019 por Paulo Roberto

A Assembleia Legislativa do Maranhão homenageou, em sessão solene realizada nesta quinta-feira (12), o desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo, decano do Tribunal de Justiça do Maranhão, com a entrega da Medalha “Manuel Beckman”, maior honraria do Parlamento Estadual.

A solenidade, conduzida pelo presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), foi proposta pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), Edmar Cutrim, quando deputado estadual, no ano de 1999, e referendada pela atual gestão, por unanimidade.

Bayma foi, inicialmente, promotor de Justiça, atuou em diversas Comarcas e, depois, pela vaga do Ministério Público, foi nomeado desembargador e é o mais antigo da Corte de Justiça maranhense. “É uma homenagem do povo maranhense à carreira do desembargador dedicada à Justiça do Maranhão. Homenageando o desembargador Bayma, homenageamos a Justiça do Maranhão”, explicou o presidente Othelino Neto, destacando, em seguida, a importância de manter a harmonia entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

“Essa Mesa, mais uma vez, dá um exemplo para o Brasil, onde não tem se visto relação harmoniosa entre os poderes autônomos, que devem cumprir suas obrigações e prerrogativas de forma respeitosa. Esse é o exemplo de uma relação equilibrada, como propõe o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, essa mesa é emblemática”, complementou Othelino Neto.

O conselheiro Edmar Cutrim descreveu a honra de presenciar a homenagem. “Em virtude da minha saída para o TCE, não deu tempo. Porém, por iniciativa do presidente Othelino Neto, sabendo do merecimento do Dr. Bayma, uma das figuras mais importantes da história do Maranhão, tive a oportunidade de comemorar a entrega desta honraria a essa pessoa ilustre, de coragem, honesto, do bem e que faz justiça dentro da própria lei. Estou honrado por fazer parte deste momento”, ressaltou.

O homenageado agradeceu. “Uma homenagem imensurável a qualquer cidadão maranhense. Sinto-me orgulhoso, alegre e satisfeito em receber do nosso Parlamento esta homenagem, que é a sua mais alta comenda”.

Além de vários deputados estaduais, membros do Judiciário e representantes do Governo Estado prestigiaram a solenidade. Estavam presentes, ainda, os deputados Zé Gentil (PRB), Paulo Neto (DEM), Glalbert Cutrim (PDT), Roberto Costa (MDB), Fernando Pessoa (Solidariedade), Rafael Leitoa (PDT), César Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB) e Dr. Yglesio (PDT); o desembargador José Joaquim Figueiredo do Anjos, presidente do TJ/MA; o secretário-chefe da Casa Civil, deputado licenciado Marcelo Tavares, e o secretário municipal de Agricultura, Nonato Chocolate, entre outros.

Pergentino Holanda

13/09/2019

EM SESSÃO SOLENE realizada ontem na Assembleia Legislativa do Maranhão, o desembargador Antonio Bayma Araújo recebeu a Medalha do Mérito Legislativo Manoel Beckman, a maior honraria do Poder Legislativo do Estado, concedida através do Decreto Legislativo nº 261/2002, oriundo do projeto de Decreto Legislativo nº 004/1999, de autoria do ex-deputado Edmar Cutrim. O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, disse que a entrega da honraria concretiza a harmonia entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O desembargador Bayma Araujo é o decano do Tribunal de Justiça.

Desembargador Antônio Bayma é homenageado na Assembleia

Magistrado foi condecorado com a medalha Manuel Beckman, maior honraria do Poder Legislativo, por iniciativa do presidente da Casa, deputado Othelino Neto e do ex-deputado Edmar Cutrim

RONALDO ROCHA DA EDITORIA DE POLÍTICA

13/09/2019

O desembargador, ex-corregedor de Justiça e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Fernando Bayma de Araújo, decano da Corte Estadual, foi homenageado ontem, pela Assembleia Legislativa do estado, com a Medalha Manoel Beckman, a maior honraria do Legislativo Estadual.

A homenagem foi concedida pelo presidente da Casa, deputado Othelino Neto (PCdoB), depois de ter sido proposta pelo então deputado estadual e hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edmar Cutrim, na legislatura de 1999 a 2002.

Prestigiado por lideranças políticas, magistrados, procuradores de Justiça, amigos e familiares, Bayma teve toda a sua trajetória no Poder Judiciário destacada pelo Legislativo.

Bayma foi condecorado por Edmar Cutrim e por Othelino Neto e logo em seguida, utilizou a tribuna da Casa para proferir pronunciamento.

Ele agradeceu o gesto, se disse honrado pela homenagem e fez referência aos parlamentares da legislatura de 1999 a 2002 e da atual, que aprovaram, respectivamente, a concessão da medalha.

“Uma homenagem imensurável a qualquer cidadão maranhense. Sinto-me orgulhoso, alegre e satisfeito em receber do nosso Parlamento esta homenagem, que é a sua mais alta comenda”, disse.

Ele disse também se sentir honrado, pelo fato de ter o seu trabalho no Poder Judiciário reconhecido pelos parlamentares maranhenses.

“A medalha a mim conferida não precisa de grandes indagações para se saber que ela é uma honraria a qualquer cidadão maranhense ou brasileiro. Porque o fato de você ser reconhecido pelo parlamento da sua terra com essa comenda de alta estirpe, a mais alta honraria, é o reconhecimento desta Casa a alguma coisa que eu tenha feito pelo meu estado”, disse.

Ele deu ênfase ao fato de a medalha ter sido oferecida há três décadas, destacou o gesto de Othelino Neto, que resgatou a homenagem e a reapresentou aos colegas deputados. “Essa medalha se difere de todas as outras. Tenho que primeiro agradecer aos deputados de 1999 e depois aos atuais parlamentares. É uma medalha que passou por décadas. É um diferencial”, completou.

Destaque

Após fazer uma apresentação de toda a biografia do magistrado, Othelino Neto justificou a homenagem conferida pelo Legislativo Estadual.

“É uma homenagem do povo maranhense à carreira do desembargador dedicada à Justiça do Maranhão. Homenageando o desembargador Bayma, homenageamos a Justiça do Maranhão”, disse.

Ele também falou da relação institucional entre os Poderes e da iniciativa da Assembleia Legislativa. “Essa Mesa, mais uma vez, dá um exemplo para o Brasil, onde não tem se visto relação harmoniosa entre os poderes autônomos, que devem cumprir suas obrigações e prerrogativas de forma respeitosa. Esse é o exemplo de uma relação equilibrada, como propõe o Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, essa mesa é emblemática”, finalizou.

SAIBA MAIS

Autoridades

presentes

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o desembargador Ricardo Duailibe; deputados estaduais, vereadores e lideranças políticas, além de promotores e procuradores de Justiça e representantes do Governo do Estado, participaram da solenidade.

Edmar Cutrim enaltece gesto da Assembleia

O conselheiro de Contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edmar Cutrim, autor da homenagem ao desembargador Antônio Fernando Bayma de Araújo em 1999 - na ocasião em que exercia o mandato de deputado estadual -, enalteceu o gesto da atual legislatura da Assembleia Legislativa.

Ele reconheceu a iniciativa de Othelino Neto (PCdoB), presidente da Casa, e disse que a homenagem a Bayma é justa.

“Em virtude da minha saída para o TCE, não deu tempo [de entregar a medalha]. Porém, por iniciativa do presidente Othelino Neto, sabendo do merecimento do dr. Bayma, uma das figuras mais importantes da história do Maranhão, tive a oportunidade de comemorar a entrega desta honraria a essa pessoa ilustre, de coragem, honesto, do bem e que faz justiça dentro da própria lei. Estou honrado por fazer parte deste momento”, disse.

Importância

Edmar também fez referência à importância do Poder Legislativo e da relação institucional com os demais Poderes estabelecidos.

“Foi a maior escola por qual passei em toda a minha vida. Eu que vim do interior do estado, estudei em escola pública, ingressei na faculdade e entrei na vida pública por meio da política, só tenho a agradecer por tudo o que vivi enquanto deputado”, completou.

Emenda acaba com voto secreto na Câmara Municipal

Emenda de autoria do vereador Adhemar Freitas Júnior e assinada por vários vereadores foi aprovada na sessão da última terça-feira (10) e suprime todas as votações secretas da Lei Orgânica do Município. A matéria vinha tramitando nas comissões técnicas da Casa desde a última revisão do Regimento Interno (RI).

A matéria altera ainda a redação dos artigos 14, 17, 19, 28 e 53 da Lei Orgânica.

O inciso II do artigo 14 passa a ter a seguinte redação: “aprovar previamente, por maioria absoluta e após arguição pública, a escolha de presidentes e diretores de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias, instituições e fundações mantidas pelo Poder Público Municipal”.

No artigo 17, a alteração se dá no parágrafo 2º, onde a expressão “voto secreto” é suprimida.

No artigo 19, a mudança de redação é também no parágrafo 2º: “Nos casos dos incisos I, II e VI a perda de mandato será decidida pela Câmara Municipal por voto de maioria absoluta, mediante provocação da Mesa Diretora ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa”.

O parágrafo 4º, do artigo 28, trata da apreciação do veto do prefeito a matéria aprovadas no Legislativo municipal. O parágrafo passa a ter a seguinte redação: “O veto será apreciado pela Câmara no prazo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores”.

O artigo 53 passa a ter nova redação: “O prefeito municipal, admitida a acusação pelo voto de 2/3 (dois terços) dos vereadores, será submetido a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado, nas infrações penais comuns, ou perante a Câmara Municipal, nos crimes de responsabilidade”.